

PT e PMDB fecham acordo e Conselho de Ética deve abrir sindicância contra ACM

Maria Lúcia Delgado
De Brasília

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal deve autorizar amanhã a abertura de uma comissão de sindicância para apurar o suposto envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no esquema de escutas clandestinas ilegais feitas na Bahia com participação de funcionários da Secretaria de Segurança Pública. PT e PMDB fecharam um acordo ontem para viabilizar a investigação no Conselho.

Após quase dez dias em reclusão, em que evitou aparecer no Congresso, Antonio Carlos Magalhães retornou ontem à Casa. Aguardado por dezenas de jor-

nalistas, ACM foi cauteloso e adotou um comportamento que em nada lembra os arroubos políticos do cacique pefelesta. Ele desistiu de fazer um discurso no plenário, em que falaria sobre reforma previdenciária. "Só falarei sobre esse assunto (dos grampos) na hora em que julgar própria e conveniente, e em órgãos próprios. Conseqüentemente, eu não trataria desse assunto. Hoje eu ia falar sobre a reforma da Previdência, mas para que não julgassem que ia desviar de qualquer matéria, adiei esse meu discurso, que acho importante para o país", limitou-se a comentar na chegada.

Com o PMDB comprometendo-se a enquadrar o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MT) e

fazê-lo instalar a sindicância, a bancada do PT no Senado recuou e desistiu de fazer uma representação ao Conselho solicitando a abertura de processo de cassação de ACM. Os petistas também amenizaram o discurso ontem e concordaram com a manutenção do senador Juvêncio na presidência do Conselho.

"Reafirmamos a necessidade de abertura imediata de apurações no Conselho de Ética. Esse é um assunto institucional, pois é a imagem do Senado que está abalada", disse o líder do PT, Tião Viana. "Ninguém pode impor por impulso autoritário um processo de cassação sem as provas em mãos. Seria um ato de arbítrio e impulso autoritário", justificou o líder, ao ser perguntado sobre as razões para evitar uma representação.

Parlamentares do PT e PMDB temiam que o mal estar provocado entre os dois partidos devido ao episódio dos gramos telefônicos pudesse prejudicar as negociações para ingresso dos pemedebistas na base aliada no Congresso. "Todos querem esclarecimentos e investigação. Esse caso é gravíssimo, é político, mas não é partidário", afirmou o líder pemedebista Renan Calheiros (AI), após reunião dos dois partidos. O líder do PMDB conversou com Juvêncio que, ontem, evitou críticas diretas ao PT. "Eu respeito as decisões do colegiado do Conselho. Se a maioria concordar, abrimos as investigações", afirmou o presidente do Conselho.